

AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS EM GOIÁS: O AVANÇO DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E O LIMITE DA TÁTICA DE REIVINDICAÇÃO

THE HIGH SCHOOLER'S OCCUPATIONS IN GOIÁS: THE ADVANCEMENT OF INSTITUTIONAL VIOLENCE AND THE LIMIT OF CLAIM TACTICS

Matheus Felipe Gomes Dias

Estudante de Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Membro discente do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais (NEMOS-UFG).

Resumo: O presente trabalho busca analisar o processo de absorção das ocupações secundaristas em Goiás por parte do Estado. Para tanto, passa-se a direcionar o estudo a partir da perspectiva dos próprios estudantes e dessa forma busca-se entender e explicar os processos que culminaram no fim das ocupações. Dessa maneira, recorre-se à pesquisa bibliográfica e à pesquisa documental, de modo que seja possível compreender os fenômenos sociais inseridos nesse processo de luta e o desenvolvimento da ação do Estado nas ocupações. A partir disso, buscamos analisar as denúncias perpetradas pelos próprios estudantes por meio das páginas das ocupações. Outra questão importante analisada no presente trabalho, trata-se de apresentar a forma de organização do movimento secundarista em Goiás que cotidianamente afirmava e reafirmava seu caráter autogestionário.

Abstract: This article seeks to analyze the process by which the State absorbed the secondary school occupations in Goiás. To this end, the study is directed from the perspective of the students themselves and, in this way, seeks to understand and explain the processes that culminated in the end of the occupations. In this way, we resort to bibliographic and documental research, so that it is possible to understand the social phenomena involved in this process of struggle and the development of State action in the occupations. Based on this, we seek to analyze the complaints presented by the students themselves through the pages of the occupations. Another important issue analyzed in this paper is to present the form of organization of the high school movement in Goiás, which daily affirmed and reaffirmed its self-management character.

AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS EM GOIÁS: O AVANÇO DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E O LIMITE DA TÁTICA DE REIVINDICAÇÃO

THE HIGH SCHOOLER'S OCCUPATIONS IN GOIÁS: THE ADVANCEMENT OF INSTITUTIONAL VIOLENCE AND THE LIMIT OF CLAIM TACTICS

Concomitantemente, compreende-se à tática enquanto aspecto micro da estratégia. A tática é compreendida enquanto conjunto de ações que são utilizadas para alcançar determinado objetivo. Dentro disso, observa-se quatro estágios que se desenvolveram para que o Estado pudesse pôr fim às ocupações secundaristas contra a privatização e a militarização do ensino público. Por fim, conclui-se que, embora o Estado tenha absorvido e posto fim ao método de ocupação enquanto forma reivindicativa, também desenvolveu mecanismos para que esse método de organização deixasse de existir. Dessa maneira, o presente trabalho permite compreender a relação entre Estado, Violência e Movimentos Sociais, permitindo uma compreensão mais profunda e prática das relações e inter-relações que permeiam esse processo.

Palavras-chave: Estado; Violência; Movimentos Sociais; Movimento Secundarista; Ocupações de Escolas; Ocupações Secundaristas em Goiás.

At the same time, tactics are understood as a micro aspect of strategy. Tactics are understood as a set of actions that are used to achieve a certain goal. Within this, four steps are observed that develop in order for the State to end the high school occupations against the privatization and militarization of public education. Finally, it is concluded that while the state has absorbed and put an end to the occupation method as a form of claim, it has also developed mechanisms for this method of organization to cease to exist. Thus, the present work provides an understanding of the relationship between the State, Violence and Social Movements, allowing a deeper and more practical understanding of the relationships and interrelationships that permeate this process.

Keywords: State; Violence; Social Movements; High School Movement; School Occupations; High School Students' Occupations in Goiás.

AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS EM GOIÁS: O AVANÇO DA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E O LIMITE DA TÁTICA DE REIVINDICAÇÃO

INTRODUÇÃO

Em 2015 o Brasil foi tomado pelo ciclo de ocupações de escolas pelo movimento secundarista. A luta que marcou os anos que se seguiram é, ao mesmo tempo, um avanço na tática de reivindicação, pois como afirma Viana (2016) as organizações representativas, a partir da emergência do Partido dos Trabalhadores (PT), foram demasiadamente cooptadas e seus líderes integrados à burocracia eleitoral. As primeiras ocupações secundaristas no Brasil emergem em meio à proposta de “reorganização escolar” do governo de São Paulo (PSDB), que consistiria no fechamento de um número significativo de escolas e o remanejamento de mais de um milhão de alunos.

Os estudantes tentaram barrar tal projeto de diversas formas, e a ocupação enquanto tática de mobilização não estava na primazia do horizonte político (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p. 53). Destarte, a ocupação de escolas enquanto tática só passou a ser utilizada num momento em que os estudantes, percebendo que não mais havia possibilidade de revogação ou, até mesmo, negociação com o Governo - que se recusava a discutir o projeto com aqueles que seriam afetados diretamente, ou seja, os estudantes e familiares – exigindo destes formas de intervenção mais radicalizadas. De acordo com Campos, Medeiros e Ribeiro (2016, p. 32) “as pessoas se viram sem ter para onde recorrer, pois, apesar de se tratar de uma política pública, o processo se desenrolou com extrema informalidade e falta de transparência (...)”.

As primeiras ocupações surgem em São Paulo e, no final do movimento, já se somavam mais de 200 escolas ocupadas. O plano de “reorganização escolar” foi revogado e, com isso, os estudantes puderam continuar com suas escolas.

Esse processo de luta, por sua vez, influenciou outros estudantes em diversos estados do país, porque esses viam, na luta dos estudantes de São Paulo, uma possibilidade de levar a cabo suas reivindicações. Em Goiás, o governo do Estado (PSDB) desenvolveu um novo projeto de gestão escolar, que consistia em passar a gestão de 200 escolas para “Organizações Sociais” (OS 's) e para a tutela da Secretaria de Segurança Pública, ou seja, a privatização e militarização do ensino público.

A partir da primeira ocupação inicia-se um processo que duraria até o início de 2016. Em Goiás, foram ocupadas 27 escolas e, com isso, os estudantes secundaristas conseguiram – para além de barrar o novo plano de gestão em suas escolas – revogar todo o edital e impossibilitar as propostas do governador Marconi Perillo (PSDB), que estava num momento de popularidade.

No entanto, durante o desenvolvimento das ocupações, nota-se, por outro lado, um aumento nas denúncias de violências sofridas pelos estudantes. Essas violências, muitas das vezes, foram relatadas através das próprias páginas das ocupações nas redes sociais. Dentro disso, o presente trabalho busca analisar, a partir da perspectiva dos próprios estudantes e através das páginas pessoais e das ocupações, como foi o processo de acirramento e absorção da tática de ocupação pelo Estado. Concomitantemente, compreende-se tática enquanto um aspecto micro da estratégia. A estratégia ocupa-se dos fins, ou seja, os aspectos macros para alcançar determinado objetivo. Por outro lado, a tática é voltada para os meios, ou seja, de que forma os objetivos poderão ser alcançados.

Nesse sentido, recorre-se à pesquisa bibliográfica e à pesquisa documental, de modo que seja possível compreender todos os aspectos inseridos nesse fenômeno social. Desse modo, foi realizado um levantamento dos dados bibliográficos relacionados ao tema, porém, muito embora já tenham se passado quatro anos desse processo de luta, não existe ainda uma bibliografia que se disponibilize a estudar a relação violenta do Estado com as ocupações e, ao mesmo tempo, o limite de uma tática reivindicativa.

AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS COMO NOVA FORMA DE REIVINDICAÇÃO DO MOVIMENTO SECUNDARISTA

A autogestão é, de longa data, uma das principais formas de organização da classe trabalhadora. A tradição autogestionária sofreu diversas mutações ou deturpações no decorrer de sua história (GUILLERM; BOURDET, 1976.; VIANA, 2014). No entanto, o seu conceito revolucionário tem sido resgatado nos últimos anos, na tentativa de criar e fomentar lutas e organizações desse tipo.

Em consonância, um resgate da autonomia operária e, propriamente, do movimento autônomo, cria um amplo e farto espaço para o surgimento de coletivos e or-

ganizações autônomas. Destarte, essas organizações desempenharam e, ainda hoje desempenham, um papel demasiadamente importante nas mobilizações políticas da extrema-esquerda brasileira (BRUNO, 1990; TRAGTENBERG, 2011; PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016).

O largo crescimento do movimento autônomo e anarquista no Brasil apresenta como consequência o surgimento de diversas organizações e lutas dentro e fora do movimento estudantil. Lavallo e Szwako (2015) compreendem a autonomia como uma luta da Sociedade Civil contra o Estado. Nessa perspectiva, a Sociedade Civil volta-se contra o Estado no sentido de obter maior autonomia na gestão das políticas públicas, na administração pública e etc.

Concomitantemente, Castoriadis (1985) observa que a autonomia surge como contraposição às organizações oficiais de representação, tais como os partidos políticos e os sindicatos. De acordo com Castoriadis (1985), a autonomia operária marca um período de reorientação da luta social e política da classe trabalhadora, trazendo como consequência o surgimento de uma compreensão de que a luta contra o capitalismo é, igualmente, uma luta contra o Estado e as organizações operárias que foram absorvidas pela ordem capitalista.

Em consonância, o movimento autônomo no Brasil encontra seu surgimento a partir da década de 1980, quando intelectuais e militantes começam a pensar, na esteira da redemocratização, as formas de luta que não concebem apenas a esfera institucional. Dessa maneira, o movimento autônomo ou, mais ainda, a autonomia operária, encontra um espaço fértil para seu crescimento, trazendo como consequência o surgimento de diversos coletivos (BRUNO, 1990; KAOS, 1997).

As mobilizações do Fórum Social Mundial, principalmente em 2009, marcam um novo período do movimento autônomo no Brasil. A construção de organizações autônomas de forma mais incisiva e participativa nas lutas sociais, corroborou para a construção de uma identificação de suas pautas, perspectivas e formas de atuação (RABELO, 2006; SANTOS, 2008).

Nesse sentido, caminha a análise de Ortellado (2013) sobre a forma de organização e de luta do Movimento Passe Livre (MPL). A luta do transporte possibilitou um resgate do caráter autogestionário das lutas dos trabalhadores, sobretudo a partir da

criação de organizações e coletivos autogestionários. Esses coletivos e organizações desempenharam uma função importante na formação do campo autônomo no Brasil, principalmente por trazerem como possibilidade um processo de lutas etapistas e radicalizadas.

Dessa maneira, a estratégia de atuação mais radical, ou seja, a utilização de táticas que envolvem “ação direta”, somente entra em prática na medida em que as estratégias de pressão e de discussão com o Estado esgotam-se. Essa forma de organização, por sua vez, foi essencialmente importante para o movimento secundarista, pois a forma tradicional de organização e representação política não mais supria os interesses coletivos.

Nesse sentido, encontra-se a contribuição de Zagorakis (2016, p. 91) ao afirmar que:

As lutas realizadas, mais radicais em alguns lugares, mais explosivas em outros, marcam um avanço e é um indício de que há uma tendência de radicalização reforçada também por outro indício: o problema da acumulação capitalista, as crises financeiras, o neoliberalismo, o aumento da exploração, da fome e da miséria. E nada mostra que o capitalismo encontrou uma solução definitiva para isso e outro indício derivado é o caráter cada vez mais repressivo do Estado capitalista, e sua face repressiva, por sua vez, aumenta a revolta social.

A autogestão, ou *auto-organização*, é entendida segundo Guillerme e Bourdet (1976) como uma mudança radical: a instauração de outra maneira de viver em comum, totalmente nova. Ela não está situada nem antes e nem depois da revolução, ela é a própria revolução. Não a revolução que substitui uma minoria dirigente por outra, mas a que em suas lutas, nega e abole qualquer forma de direção hierárquica.

Essa forma de organização descentralizada e horizontalizada vem desde as jornadas de junho de 2013 tendo cada vez mais espaço na forma de organização da luta e nas dinâmicas de organização política, pois tanto a autogestão quanto a auto-organi-

zação, pressupõem horizontalidade das relações, divisão coletiva das atividades, *autor-representação* e, por fim, renúncia às organizações representativas como: partidos, juventudes partidárias, sindicatos, entre outros (VIANA, 2017).

A escola e a organização tradicional do ambiente escolar para esses estudantes eram vistas como “mera instituição de custódia, incapaz de cumprir seu papel pedagógico” (WACQUANT, 2008, p.40). Dessa forma, munir-se da autogestão abria um panorama de construção da autonomia estudantil, de uma educação democrática, descentralizada e horizontal.

Em consonância com essa perspectiva, Catini e Mello (2016, p.1182) observam que:

Cabe destacar que, ao menos em um primeiro momento e a despeito das intenções de seus formuladores, uma proposta como essa, na medida em que dá certo, necessariamente adquire certa autonomia, pois nenhuma organização pode chamar de sua uma luta que só pode existir com adeptos que tomem para si a atuação concreta, miúda e cotidiana em cada escola ocupada. O nível de organização necessário para dar uma direção comum ao movimento dependeria da capacidade de articulação coletiva com diversas organizações, o que entraria em conflito com uma perspectiva de “aparelhamento” e de “controle” desse processo.

As ocupações secundaristas constantemente afirmavam seu caráter auto-representativo. Dentro disso, destaca-se, por exemplo, uma publicação na página “Secundaristas em luta – GO”, onde os estudantes afirmam:

Não somos representados por nenhum partido ou organização política, nosso ambiente de ocupação não é um lugar de sexo, drogas e rock n’roll como dizem as mídias sociais que comem na mão do ditador Perillo [...]. Não estamos brincando, entendemos que isso não é uma colônia de férias. Saímos da nossa zona de conforto em nossas casas e estamos longe de nossas famílias porque acreditamos em nós e na causa pela qual estamos lutando [...] (SECUNDARISTAS EM LUTA - GO, 2016a).

Para além disso, o carácter autogestionário do movimento secundarista em Goiás era afirmado através da organização e divisão das atividades - tanto dentro do movimento quanto nas ocupações. Nesse sentido, percebe-se uma dualidade no que diz respeito à autogestão. Em primeiro lugar, do ponto de vista público, que apresenta um forte apelo discursivo e propagandístico. Em segundo lugar, observa-se a autogestão prática, aplicada ao movimento e ao cotidiano da luta. Essas duas dimensões permitem observar, de maneira generalizada, uma contraposição à ideia de liderança e, por outro lado, a construção de relações que objetivavam a manutenção dos espaços ocupados.

Dessa maneira, as ocupações eram descentralizadas e as tarefas eram divididas em comissões, que ficavam encarregadas de determinadas tarefas. Essas comissões não eram fixas e as funções eram rotativas. As ocupações, por sua vez, não eram formadas somente por estudantes secundaristas, mas por apoiadores que podiam ser: universitários, professores e pais. No entanto, a participação desses grupos nas ocupações era, somente, na prestação de apoio ou solidariedade, pois os estudantes que conduziam as discussões - e somente eles - tinham poder deliberativo (CORTI; CARROCHANO; DA SILVA, 2016).

Essa dinâmica de organização pode ser observada num vídeo publicado pela página "Secundaristas em Luta – Go" no dia 16 de dezembro de 2015, que diz:

[...] Eles disseram que essas pessoas [professores] estão liderando o movimento, o que não acontece, pois o protagonismo desse movimento é dos estudantes do ensino médio, estudantes secundaristas. O que eles [a mídia] estão fazendo é tentar tirar o protagonismo dos estudantes e a gente está fazendo esse vídeo pra avisar que aqui temos o total protagonismo das mobilizações. Não temos vínculo com partido algum e somos politizados, mas não temos nenhum líder aqui, alguém que está no comando, controlando. Não tem isso, pois somos todos iguais [...], mas vale lembrar também que, quanto às pessoas que ajudam e vem de fora, eles estão apenas no apoio moral e fazendo doações, mas aqui quem organiza somos nós, secundaristas. (SECUNDARISTAS EM LUTA-GO, 2016b).

Os estudantes, na tentativa de construir sua autonomia, desenvolviam uma série de atividades a fim de que pudessem aproximar-se da comunidade. Dentro disso, o que se tornou

perceptível eram as propostas de reforma e revitalização do espaço físico das escolas. Os estudantes, divididos em comissões, realizavam os trabalhos que a escola necessitava. Os materiais como, por exemplo, as tintas que eles precisariam para pintar determinado espaço, vinham de doações que os estudantes pediam através de suas páginas.

Diversos pedidos de doações podem ser encontrados nas páginas das ocupações, mas a título de ilustração destaca-se o pedido dos estudantes para que a comunidade ajudasse a reconstruir e revitalizar um espaço cultural.

Todos nós, estudantes do Lyceu e apoiadores prezamos pelo Espaço Sonhus e pela arte e vamos fazer de tudo pra deixar o Espaço melhor do que era antes. Avisamos a todos que já temos as tintas para arrumar tudo e futuramente conseguiremos mais doações. Precisamos de ajuda de todos, quem tiver interesse em ajudar a reconstruir o local só precisa ir à ocupação e 'colocar a mão na massa'. Desde que entramos na escola nosso objetivo é protegê-la de qualquer tentativa de precarização. Estamos limpando a escola, cuidando, arrumando [...] (GRÊMIO ESTUDANTIL MARCO ANTONIO DIAS BATISTA, 2016).

O papel que as redes sociais tiveram nesse processo foi fundamental para o avanço do movimento e, além disso, possibilitou a criação de uma rede de solidariedade que não era restringida apenas aos espaços da militância. Através das redes sociais os estudantes puderam construir formas de se aproximarem de pais e professores, que apenas eram orientados – a respeito das ocupações – pela grande mídia.

Destarte, Rohling e Bortolotto (2018, p. 414) observam a importância das redes sociais e sua relação com as lutas sociais, argumentando que:

As redes sociais digitais, em sua configuração particular, explicitaram a emergência de produção e de circulação de enunciados de protesto (contrapalavra), portanto, situações de enfrentamento, lutas políticas e ideológicas. Evidenciou-se, assim, o potencial dessas redes sociais de se constituírem como espaços contemporâneos para publicizar a produção dos próprios sujeitos envolvidos no evento como alternativa a outras mídias como, por exemplo, jornais e revistas, pertencentes às grandes empre-

sas de comunicação que, por vezes, corroboram os interesses de uma classe hegemônica representante do discurso oficial.

Ademais, nas páginas das ocupações os estudantes passaram a divulgar constantemente informações sobre o estado de conservação das escolas, atividades culturais e políticas. Essa relação com a internet serviu de forma clara para evitar os enganos e difamações que a mídia e o Estado vinculavam a respeito da realidade das ocupações e dos estudantes que ali se encontravam.

No entanto, durante o processo de ocupação, ouvem-se relatos de que a polícia e as diretorias de ensino agiam na ilegalidade para pôr fim às ocupações e/ou criminalizar o movimento. A relação entre ocupações secundaristas e violência estatal será desenvolvida posteriormente. No entanto, pode-se observar que desde muito cedo os estudantes/ocupantes conviveram com a violência – seja material ou simbólica (CATINI; MELLO, 2016; SOFIATI; MARQUES; FERREIRA, 2021).

Nesse sentido, a ausência de uma análise a respeito da relação entre movimentos sociais e violência policial coloca, acima de tudo, a ausência de um aporte teórico dentro da literatura nacional. Por causa disso, percebe-se que essa temática ocupa um espaço ínfimo na literatura sociológica brasileira e cria, em contrapartida, a impossibilidade de se tratar diretamente dessa relação.

O PROCESSO DE ABSORÇÃO DAS OCUPAÇÕES ENQUANTO TÁTICA REIVINDICATIVA

As ocupações secundaristas em Goiás, iniciadas no dia 09 de dezembro de 2015, contaram, desde o seu início, com casos de violência por parte de agentes do Estado. Seja das diretorias de ensino que tentavam deslegitimar a luta dos estudantes, com o argumento de que estes estariam depredando o prédio, ou da polícia que constantemente ameaçava desocupar as escolas (mesmo sem mandado de reintegração de posse). Ao mesmo tempo, nota-se casos de assédio moral, violência racial e de gênero.

O processo de violência institucional nas ocupações perpassa quatro estágios que foram observados durante o estudo.

O primeiro estágio surge durante as primeiras ocupações, onde já se podia notar uma resistência das diretorias de ensino às ocupações e que corroborou na tentativa de criar grupos

contrários para que estes pudessem desocupar as escolas e passar a ideia de que a “escola agora estaria de volta na mão dos alunos”. Nesse processo, algumas diretorias, com auxílio de conselheiros tutelares, passaram a entrar em contato com os pais e a desferir uma série de ameaças à integridade física dos estudantes. Essa perspectiva pode ser observada num relato publicado na página “Secundaristas em Luta Go”:

Deu problema pra alguns alunos do Lyceu, ligaram para os pais dos alunos que ocupam o colégio, pediram e avisaram para esses alunos se retirarem do colégio para que futuramente, nas desocupações que, afirmando eles, irá ocorrer nas noites de hoje e amanhã, os alunos não sofrerem agressões policiais. Chamaram para uma reunião e, por medo, minha responsável pediu para que eu me retirasse do colégio (SECUNDARISTAS EM LUTA-GO, 2016c).

O segundo estágio iniciou-se quando as diretorias, percebendo que o movimento não diminuiria sua força política, passou a divulgar informações falsas sobre as ocupações. Esse processo é o que Campos, Medeiros e Ribeiro (2016; p.186) chamam de “campanhas de desinformação e difamação”. Durante esse estágio, as diretorias, bem como a Secretaria de Educação (SEDUCE), usavam o argumento de que nas escolas ocupadas os estudantes estariam convivendo com pessoas maiores de idade e que lá havia jovens que não tinham autorização dos pais.

No entanto, um dos argumentos mais frequentes é de que os estudantes estariam depreendendo o prédio. Como pode ser visto na resposta da SEDUCE a um comentário de um aluno que os convidou para conhecer a realidade da ocupação:

A secretaria já esteve em todas elas, estamos acompanhando de perto e respeitando o espaço ocupado. Apenas estamos preocupados com os jovens, menores de idade, sem autorização dos pais, convivendo com pessoas maiores de idade. Como nem a imprensa pode entrar, ficamos apreensivos (ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A EDUCAÇÃO, 2015).

O terceiro estágio desse processo foi acometido quando o Estado, percebendo que já não podia conter o movimento de ocupações somente utilizando-se das diretorias de ensino, passou a investir numa maior presença da polícia. Nesse momento, tanto as ocupações, quanto as escolas “ameaçadas” de serem ocupa-

das passaram a conviver com uma presença maior dos agentes de segurança. Paralelamente, Jappe (2013, p. 38) observa que “o que o Estado teme, são os movimentos sem chefe e que fogem do enquadramento” ou da tradicionalidade dos movimentos sociais.

Nas escolas ocupadas, observamos relatos de invasões por parte da polícia, ameaças, violências físicas e morais. No restante das escolas, ou seja, nas escolas “ameaçadas” pela onda de ocupações, o que foi percebido é que as denúncias circulavam entre conversas com pais de possíveis alunos “envolvidos com as ocupações”, com a diretoria e com a polícia. Esse processo gerou a exclusão desses alunos do ambiente escolar, pois eram vistos como “más influências” para o restante. Em consonância, esse aspecto pode ser visto numa publicação da página “Secundaristas em Luta GO”, a respeito da ocupação Villa Lobos.

Nessa manhã, cerca de 40 “pais”, mais a direção da escola e a polícia, estiveram na porta fazendo pressão. Apesar de ter saído a reintegração de posse para a escola, o Estado optou por fazer pressão de maneira ilegal, incitando os pais a atacarem os alunos ocupantes com a proteção da polícia através das direções de escolas (SECUNDARISTAS EM LUTA-GO, 2016d).

O quarto estágio surge quando o Estado, sendo pressionado pela mídia e por setores mais conservadores da sociedade, passou a usar da ilegalidade para evitar novas ocupações e desocupar aquelas que já estavam ocupadas. Nesse processo, o Estado, mantenedor legítimo da violência simbólica e física, passou a não mais respeitar os processos jurídicos de reintegração de posse (BOURDIEU, 2014).

Essa quebra da legalidade por parte do Estado foi essencial para a absorção das ocupações como tática de reivindicação do movimento secundarista, pois a ocupação – para além do fato político – pautava-se pela ocupação legal do espaço público. Portanto, para a desocupação desse espaço (e a volta da normalidade) era necessário protocolar junto à justiça uma ordem de reintegração de posse. Como pode ser observado no relato de uma apoiadora do movimento sobre a desocupação do Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus:

Escrevo esse relato aos prantos, como aliás, estive em boa parte do dia de hoje. [...] Às 07:00 da manhã recebi um relato de estudantes do Colégio Ismael Silva de Jesus de que a polícia havia

entrado na escola às 05:40, quebrado várias coisas lá dentro, agredido vários deles e saído. Logo em seguida, chegaram várias pessoas da comunidade e um carro de som que já começava a anunciar as matrículas da escola. As pessoas da comunidade entraram no colégio e agrediram mais ainda essas crianças e as expulsaram de lá. Eles permaneceram na porta, abraçados, resistindo a todas essas agressões. [...] Ao passarmos por uma rua um pouco mais asfaltada da escola e bem vazia, nossos carros foram fechados por mais três carros, sem nenhum tipo de identificação policial, nem nos veículos e muito menos uniformes ou distintivos nos policiais. [...] Nos trataram com muita truculência. Gritaram com as crianças, não nos deixaram pegar nossos celulares para avisar o advogado, revistaram os carros, revistaram nossas bolsas, jogaram as coisas dxs meninxs no asfalto (SIC.) (LOPES, 2016).

Durante os quatro estágios analisados foi possível perceber que estes não ocorreram de forma isolada ou anacrônica.

Este último evidencia um afinilamento das táticas de desocupação utilizadas anteriormente e demonstra que a política esteve presente com maior intensidade nessa fase. Destarte, a atuação da polícia se mostrou pormenorizada até que o Estado entendesse que somente a ação das diretorias seria ineficaz para a contenção do movimento de ocupações.

A respeito disso, Tavolari et. al. (2018, p. 309) observam essa ruptura com os processos jurídico-legais de reintegração de posse, argumentando que:

A nova estratégia do Poder Executivo é, como buscamos mostrar, frágil e autoritária. Contudo, ela tem sido eficaz. Caso a fuga do Judiciário efetivamente se torne uma nova rotina, isso terá vários desdobramentos: a argumentação jurídica em torno da ocupação de escolas e de interpretações divergentes acerca de direitos (que pode inclusive se dar no interior de “públicos fortes”, que tornam o Judiciário poroso à mobilização social) será substituída pelo exercício do poder enquanto violência estatal; a transformação momentânea das ocupações em contrapúblicos subalternos passará a estar bloqueada; tudo isso resultando, em última instância, no esvaziamento da esfera pública e da própria democracia.

Com o desenvolvimento das capacidades do Estado em assimilar a dinâmica das ocupações, foi possível criar uma estratégia que permitisse uma rápida desocupação e que inviabilizasse o surgimento de novas ocupações.

Doravante, quando uma nova escola era ocupada, o Estado de forma imediata despendia seu aparato policial na tentativa de desarticular essa nova ocupação. Essa tática era empregada com o auxílio da pressão e da intimidação aos estudantes. O emprego dessa nova tática pode ser observado na tentativa de reocupação do Colégio Estadual José Carlos de Almeida, publicado pela página “Desneuralizador”:

Urgente! O colégio José Carlos de Almeida (JCA), no Centro, foi ocupado por estudantes Secundaristas em Luta – Go contra a privatização do ensino público imposta pelo Governo de Goiás. Nesse momento a PM já está forçando uma reintegração de posse sem autorização judicial. Todo apoio é necessário! (DESNEURALIZADOR, 2016).

O Estado entendeu que, quebrando essa linha entre o legal e o ilegal, era possível pôr fim ao conflito. Em consonância, quando o Estado passou a utilizar táticas que não correspondiam aos trâmites burocráticos, ele pôde frear o movimento de ocupação e, com isso, evitar que novas ocupações surgissem.

Esmagando seus opositores, o Estado pôde pôr fim ao conflito. Essa nova forma de atuação e de gestão dos conflitos aparece, de acordo com Jappe (2013, p. 21), “de forma mais evidente em períodos de crise política”. Dessa maneira, o Estado passou a lidar com seus opositores, ou seja, o movimento secundarista, de forma extremamente antidemocrática e violenta. Esse processo culminou na absorção das ocupações como tática reivindicativa.

O reforço do monopólio da violência pelo Estado e sua transferência aos particulares não estão em contradição: a violência é o núcleo do Estado, e sempre foi. Nesses tempos de crise, o Estado se transforma de novo no que foi historicamente em seus primórdios: um bando armado. [...] Por trás de toda a retórica sobre o Estado e seu papel civilizador, há sempre, em última análise, alguém que esmaga a cabeça de outro ser humano, ou que pelo menos tem a possibilidade de fazê-lo (JAPPE, 2013, pp. 18-9).

O acirramento do conflito entre o Estado e o movimento reivindicativo possibilitou, por

outro lado, que pessoas contrárias ao movimento tomassem medidas e/ou atitudes violentas para com os estudantes e as ocupações. Essa ausência de diálogo do Estado para com as ocupações mostra-se estratégica uma vez que o Estado, para pôr fim ao movimento reivindicativo, utilizou de métodos ilegais. "Essa criminalização de todas as formas de contestação não estritamente "legais" é um grande acontecimento em nossa época. Vimos ultimamente que fazer grafites ou ser responsável por algum atraso nos trens pode ser considerado "terrorismo" (JAPPE, 2013. p.13).

A repressão do Estado brasileiro aos seus opositores é algo largamente observável e, de forma alguma, limita-se a este movimento em específico.

Essa violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a "subversão interna" se disfarçou em repressão aos delinqüentes. Ela apóia-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre feras e doutores, os "selvagens" e os "cultos", que tende a assimilar marginais, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem (WACQUANT, 1999. p.5).

A vitória do movimento está para além da revogação do edital. Os estudantes conseguiram pôr em prática a autogestão e criar laços de solidariedade entre si e com os seus espaços. No entanto, a volta da "normalidade" não conseguiu evitar as perseguições aos estudantes que estavam ocupando. Nesse momento, alguns estudantes passaram a ser constantemente vigiados pelas diretorias, pela polícia e pelos professores. Em meio a esse novo processo, alguns estudantes tiveram que migrar para escolas que não haviam sido ocupadas ou que possuíam um movimento estudantil mais fundamentado. Entretanto, outros estudantes, por sua vez, acabaram por desistir dos estudos.

Não houve nenhum acompanhamento por parte do Estado aos estudantes que constantemente denunciavam casos de violência e que terminaram por se isolarem e temerem se envolver em qualquer outra mobilização política. Nessa ordem, diversos estudantes foram presos, processados e perseguidos devido ao seu envolvimento com as ocupações secundaristas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações secundaristas que se espalharam pelo país trouxeram consigo a possibilidade de retomada das lutas do movimento secundarista. Desde as lutas que irromperam em São Paulo, até as ocupações secundaristas no Paraná - contra o Projeto de Emenda Constitucional 55 -, nos é permitido pensar em um novo espectro de lutas do movimento estudantil no Brasil. As ocupações surgem em contrapartida às velhas táticas de mobilização e reivindicação dos novos movimentos sociais no Brasil, uma vez que não se limitam apenas às manifestações de rua.

Em Goiás, o movimento "Secundaristas em Luta" conseguiu ocupar 27 escolas, e com isso puderam barrar três editais para seleção das Organizações Sociais. A luta desses estudantes conseguiu, além disso, desenvolver laços de solidariedade e autonomia, pois tinham como principal objetivo mostrar que a escola é feita pelos estudantes, e não somente pela equipe gestora. Essa perspectiva anti-hierárquica esteve muito presente na organização interna do movimento, uma vez que todos tinham poder de voz, voto e as decisões eram tomadas majoritariamente por consenso.

Nesse contexto, o Estado, sendo o mantenedor legítimo da violência, manifestou-se de diversas formas contra seus opositores, ou seja, o movimento de ocupações. Nota-se, no primeiro momento, a ação das diretorias de ensino que, tendo suas escolas ocupadas, passaram a pressionar, ameaçar e intimidar os estudantes com o objetivo de desocupar as escolas. No segundo momento, as diretorias iniciaram uma campanha de desinformação e difamação das escolas ocupadas, com a proposta de que os próprios estudantes e pais contrários às ocupações pudessem pressionar pela desocupação. O terceiro momento, por sua vez, é percebido quando a ação das diretorias de ensino se mostrou ineficaz. Nesse período, a presença policial passa a ser maior e ela, conjuntamente com as diretorias, estudantes e pais, passa a pressionar e a ameaçar as escolas ocupadas.

Dessa forma, podemos observar casos de invasão ilegal a essas escolas, além de denúncias de violências físicas e morais por parte da polícia. O quarto e último momento desse processo inicia com a total participação da polícia. Se nos estágios anteriores ela se manteve em pormenor, agora passava a atuar majoritariamente na tentativa de desocupar as escolas.

A legitimidade das ocupações pautava-se no processo jurídico-legal de reintegração

de posse, e o cumprimento desse rito burocrático dava aos estudantes a seguridade e integridade em sua luta. Com base nisso, no quarto estágio a polícia passou a não mais respeitar esse princípio e assim, utilizando da ilegalidade, passam a desocupar as escolas sem o mandado de reintegração.

Ao incorporar essa nova tática de atuação, o Estado compreendeu a dinâmica de manutenção das ocupações e, assim, passou a extinguir as existentes e evitar que novas ocupações surgissem. Em síntese, o Estado pôde absorver as ocupações enquanto tática reivindicativa do movimento secundarista, uma vez que rompeu a linha tênue entre o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo. Ao romper essa linha os casos de violência tomam um corpo cada vez mais grave e as denúncias de violência física, prisões e ataques tornaram-se maiores.

Em todos os casos analisados para a composição dessa pesquisa, podemos observar que esses estágios não se dão de forma fragmentada ou isolada. Pelo contrário, eles interagem e relacionam-se em todo o processo. Há ainda um aspecto que precisa ser analisado – mesmo não sendo o objetivo dessa pesquisa – que diz respeito à atuação das diretorias de ensino e da polícia nas escolas localizadas no centro e nas escolas da periferia. Nesse sentido, podemos apenas sublinhar que a atuação dessas instituições – com base nas denúncias – foram radicalmente distintas.

As ocupações secundaristas em Goiás foram vitoriosas em suas reivindicações. Os três editais que previam a seleção e contratação de Organizações Sociais para gerir as escolas do estado foram barrados através da luta secundarista. No entanto, desde o início do movimento observou-se um aumento crescente e radicalizado dos casos de violência por parte do Estado. Essas violências foram relatadas através das páginas criadas pelos estudantes nas redes sociais e nos perfis pessoais daqueles que sofreram tais violências. Após a absorção das ocupações pelo Estado e a volta da normalidade, os estudantes que participaram dessas lutas passaram a ser perseguidos. Muitos deles tiveram que ir estudar em outras escolas ou, dependendo do caso, abandonar os estudos. Não houve nenhuma espécie de acompanhamento ou seguridade por parte do Estado aos estudantes envolvidos nesse processo. Pelo contrário, foram constantemente perseguidos e marcados pelos agentes do Estado.

Contudo, o movimento secundarista em Goiás conseguiu desenvolver um amplo laço de solidariedade e autonomia entre os estudantes, possibilitando o surgimento de pequenas lutas dentro das escolas e a criação de diversos grêmios estudantis. Se por um lado as ocupações foram absorvidas pelo Estado através da violência, por outro os estudantes conseguiram resistir e consolidar sua luta mesmo após o fim dessa tática.

Ao mesmo tempo, uma pesquisa recente demonstrou a importância das ocupações secundaristas para a formação e atuação política daqueles estudantes, demonstrando a importância dessa experiência de luta para além dos limites da educação formal e da construção de uma escola democrática, mas possibilitou a formação de jovens e adultos conscientes politicamente e capazes de intervir na realidade social (SOFIATI; MARQUES; FERREIRA, 2021).

Nesse sentido, o presente trabalho torna-se relevante na medida em que permitiu observar uma direta relação entre Estado, violência e Movimentos Sociais. As ocupações secundaristas em Goiás apresentam um aspecto micro dessa relação. No entanto, essa experiência permite demonstrar a relação entre Estado e Movimentos Sociais no limiar da revolta. Destarte, o Estado lidou de maneiras muito distintas em diferentes momentos da luta. Porém, verifica-se um desenvolvimento progressivo da violência, da tentativa de controle e desmantelamento da mobilização. Por causa disso, os dados apresentam o cotidiano dessa escalada, permitindo observar a inserção de aspectos que anteriormente não estavam presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNO, Lúcia Barreto. O que é autonomia operária. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92). Tradução: Rosa Freire d'Aguiar — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CAMPOS, Antonia J.M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio, M. Escolas de luta. São Paulo: Veneta, 2016 (Coleção Baderna).

CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. ESCOLAS DE LUTA, EDUCAÇÃO POLÍTICA. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, p. 1177-1202, Dec. 2016.

CASTORIADIS, Cornelius. A experiência do movimento operário. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORTI, Ana Paula. et al. "Ocupar e resistir": a insurreição dos estudantes paulistas. Educ. Soc. vol.

37 n.137, 2016.

GUILLERM, Alain.; BOURDET, Yvon. Autogestão: Uma Mudança Radical. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

JAPPE, Anselm. Violência, mas para quê?. Tradução: Robson J.F. de Oliveira. São Paulo: Hedra, 2013. Disponível em: <<https://issuu.com/edhedra/docs/vio>> Acesso em: 05 Nov. 2018.

LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, v. 21, n. 1, 2015.

ORTELLADO, Pablo. Vinte Centavos: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A esquerda no século XXI: As lições do Fórum Social Mundial. Coimbra: CES, 2008.